



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

Aprouva

C/21 Urbanos Figueira

27/06/2019

441

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2018 -----

--- Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja pelas 20h30m, no Auditório Municipal do Pátio do Valverde, em Azambuja.

ORDEM DO DIA

|         |  |              |
|---------|--|--------------|
| Ponto 1 | Atividade Municipal  |              |
| Ponto 2 | Grandes opções do Plano (2019/2022) e Orçamento 2019           | 56/P/2018    |
| Ponto 3 | Autorização Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais | 57/P/2018    |
| Ponto 4 | Participação de 5% no I.R.S.                                   | 59/P/2018    |
| Ponto 5 | Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)                  | 60/P/2018    |
| Ponto 6 | Derrama  | 61/P/2018    |
| Ponto 7 | Fixação da Taxa do I.M.I. para 2019                            | 62/P/2018    |
| Ponto 8 | Informações:<br>Contas Semestrais 2018 (janeiro a junho)       | Inf/19/P/DAF |

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Manuel Guerra Duarte e secretariaram a reunião como Primeira Secretária, a Senhora Vera Lúcia Raimundo Bráz dos Santos e como Segundo Secretário, o Senhor Marcelo José da Costa Oliveira. -----

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Lúcia Catorze Serra Caetano, António Manuel Correia Amaro Costa, António Maria Calixto Isidro, António Jorge de Oliveira Lopes, Antonio José Rodrigues, António José da Fonseca Nobre, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos António Pereira Piriquito, Daniel Albino Cordeiro Lopes Claro, Francisco Galvão Morgado, Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas, José Avelino Colaço Correia, José Carlos Ferreira Matos, José Joaquim Braz dos Santos, José Luís Marques dos Santos, Lúcio Manuel Cardador Costa, Luísa Maria dos Reis Pereira Martins, Ana Paula Marques Moura, Margarida Helena Lages Maia, Maria Inês da Graça Louro, Maria Arminda Marques Tavares, Mário Jorge Soares Parruca, Natália Maria Andrade Peres, Rogério Faria Jorge. -----

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Senhores Vereadores, Sílvia Margarida Narciso Vítor, Silvino José da Silva Lúcio, António José Mateus de Matos, Rui Pedro Figueiredo Corça, Maria José Paulo Carvalho e David José Pinto Mendes. -----

--- o Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão, cumprimentou todos os presentes e seguidamente e de acordo com o Regimento, deu a palavra ao Público, tendo-se inscrito a Senhora D. Virgínia Estorninho, para solicitar a reparação da calçada junto à sua casa. -----

--- Foi dada a palavra ao Sr. Paulo Louro, que perguntou se a situação de redução no preço dos passes sociais anunciada pelo Governo para a AML, nesta primeira fase, incluiria Azambuja. A propósito de um estudo elaborado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos acerca da Qualidade da Governação Local e que entre outros aspetos referia que as decisões deveriam ser tomadas com todo o executivo, oposições incluídas, classificava os Municípios com quatro níveis (Mto. Bom, Bom Suficiente e Fraco) e Azambuja obtivera suficiente em quase todos os



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

parâmetros exceto no que concerne a questões contabilísticas, pelo que deu os parabéns à Sra. Diretora do Departamento Administrativo e financeiro, Dra. Irene lameiro. Disse que relativamente ao Orçamento participativo, já existirem cerca de oitenta concelhos que os já tinham a funcionar, referiu a importância dos contratos assumidos pela Câmara serem publicitados no Site, e que mais de oitenta por cento da contratação das Autarquias ser feita por ajuste direto, apelou para que Azambuja não fizesse parte desses números a bem da transparência e como já fizera anteriormente sugeriu que as reuniões de câmaras fossem transmitidas via Internet. Para finalizar disse que numa reunião de pais havia sido divulgada informação acerca do insucesso escolar em Azambuja, o que achou bem, alertando para o emprego de demasiados estrangeirismos na apresentação o que dificultava a compreensão a alguns pais. -----

--- Em resposta à Sra. D. Virgínia estorninho, o Sr. Presidente da Câmara informou estar a decorrer uma empreitada para a reparação de calçadas, e solicitou ao Sr. Engenheiro que encaminhasse os operários que estavam a laborar para a rua que a Sra. referira. Em resposta ao Sr. Paulo louro disse ter uma reunião agendada com o Sr. vereador Silvino Lúcio e o Sr. Presidente da Câmara de Lisboa, na sequência de outra tida pelo Sr. vereador Silvino Lúcio, com o Sr. Vereador Miguel Gaspar onde ficara mais ou menos a porta aberta para que Azambuja que não pertencia já à AML, pudesse entrar e as condições financeiras impostas para que tal se verificasse. Iriam analisar os custos para a Câmara de Azambuja. Quanto ao Orçamento Participativo está a ser trabalhado, foram pedidas sugestões, e referiu que a Câmara de Azambuja tinha transparência, para finalizar relativamente ao insucesso escolar entregou um folheto que trazia para distribuir pelos senhores deputados municipais e que fora já distribuído aos encarregados de educação das escolas do concelho. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se mais algum membro do público queria usar da palavra, não havendo, informou terem sido entregues na mesa três moções e um Voto de Louvor, que seriam colocados a votação, uma vez que todos os Deputados já tinham o documento na sua posse prescindir-se-ia da sua leitura, o que todos concordaram. -----

--- Foi presente, pelo Grupo do CDS, um Voto de Saudação aos 43 anos do 25 de Novembro, acerca do qual o Senhor Deputado José Carlos Matos, disse que o CDS achava importante relevar e lembrar uma data que tivera tanta importância como o 25 de abril, e que passava muitas vezes despercebida. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António José Nobre, que disse esperar mais da participação do CDS na Assembleia Municipal e que em concreto perguntou a que contributos democráticos o Voto de Saudação se referia, e a que figuras de relevo, lembrou que na altura o Presidente do CDS, Manuel Monteiro, propusera o agravamento das penas máximas de 20 para 25 anos, sugeriu a leitura de um estudo jornalístico, "Portugal a Arder", onde vários elementos do CDS, tinham participado e confessado inclusive terem pertencido ao movimento, lembrou que foi após o 25 de novembro que tinham rebentado mais bombas e não percebia o conteúdo democrático que o Voto referia e que o motivara. Disse que o Grupo CDU votaria contra o Voto. -----

--- O Senhor deputado José Carlos Matos, considerou natural a CDU votar contra dado que a data que o documento salientava, não permitira ao partido transformar o País naquilo que pretendiam, entendeu que no documento estavam bem espelhadas as questões colocadas, pelo que não se iria repetir. -----

--- o Senhor Deputado Daniel Claro, considerou que o BE votaria contra, dada a inclusão no espírito democrático do 25 de abril do documento do 25 de novembro. -----

--- o Senhor Deputado António Jorge Lopes, considerou que mesmo na existência de dúvidas pelo teor de algumas frases existentes no voto de saudação, ficara impressionado com a intervenção do Deputado da CDU, disse não recordar nas Assembleias a existência de um voto contra relativamente a qualquer voto de louvor ou saudação ao 25 de abril, não percebia por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA



isso porque é que custaria tanto a alguns aprovar ou mesmo abster-se num voto de saudação em relação ao vinte e cinco de novembro, considerou legítimo a apresentação do voto e informou que o PSD votaria a favor. -----

--- O Senhor Deputado António José Rodrigues, considerou que o essencial do que tinha a dizer já fora referido pelo Deputado António Nobre, e recordou que a seguir ao 25 de novembro, fora graças ao Capitão Melo Antunes, General Eanes, Vasco Lourenço, Otelo, Vasco Gonçalves e outros, que os mesmos que já tinham passado anos na cadeia, não voltaram a ir lá para dentro.

--- Uma vez posto a votação o voto de saudação foi reprovado por maioria, com 8 votos contra (7 da CDU e 1 do BE), 6 votos a favor (5 do PSD e 1 do CDS) e 14 abstenções do PS.-----

--- Foram presentes as 3 Moções a seguir identificadas. -----

... **Moção 1 – “Tauromaquia é Cultura”** apresentada pelo PS, PSD e CDS. -----

--- O Senhor Deputado Daniel Claro, a propósito da Moção “Tauromaquia é Cultura”, considerou apesar de não ser aficionado, que o assunto em si não podia ser encarado com a ligeireza apresentada e que merecia uma reflexão profunda, por mexer com as convicções de muita gente, quer os a favor quer os contra. Informou que o BE votaria contra pelo exposto e por considerar que o Património Imaterial de Azambuja era a Lezíria em si e tudo o que lhe estava associado, como o torricado, e que era muito mais do que apenas a tauromaquia. Para finalizar disse que o BE estava disponível para um debate com o P.S. para analisar estas questões, que reiterou não podiam ser apreciadas com tal leveza.-----

--- Foi dada a palavra ao Sr. Rogério Faria, que disse ser aficionado, que gostaria o facto de assistir a touradas e gostar de as ver não fazia dele *“um homem das cavernas”*. -----

--- interveio a Sra. Deputada Inês Louro, que disse não ser aficionada, mas que considerava importantíssimo, *“o manter as tradições da Azambuja, a lezíria, o viver o touro, o viver o cavalo e o viver o Campino”*, que nas funções que desempenhava tudo faria para as manter vivas pois faziam parte do *“ser Azambujense”*. -----

--- Com a permissão dos Senhores Presidentes tomou a palavra o Senhor Vereador da Cultura, António José Matos dizendo que, falar de tauromaquia era difícil por ser um assunto em que a racionalidade estava muito abaixo da emoção, pelo que haveria sempre dificuldade em que os opostos se entendessem, disse que iria pedir aos serviços que fizessem uma *“pen”*, com o inventário que fora feito para a Tauromaquia Património Imaterial que seria distribuída por todos os Deputados municipais, para que pudessem ver que estava bem patente a cultura da lezíria com toda a sua envolvência, torricado incluído, e que como se sabia servia de alimento aos campinos enquanto guardavam o gado bravo, pelo que se concluía que o toiro estava também patente. -----

--- Uma vez posta a votação a Moção “Tauromaquia é Cultura” foi aprovada por maioria com 26 votos a favor (14 do PS, 6 da CDU, 5 do PSD e 1 do CDS) e 1 voto contra do BE. -----

--- **Moção 2 – “Em Defesa da Escola Secundária de Azambuja”** - Apresentada pelo PSD, PS, CDS e BE -----

--- Interveio o Senhor Deputado António Nobre, informou que recebera a Moção do PSD, que concordava com o seu teor embora com algumas resenhas, que teria de relevar, nomeadamente que governos do PSD, com responsabilidades na área não tivessem até à data feito nada para resolver a situação, que não era de agora. Disse esperar que a resolução do problema não fosse sobrar para o Município de Azambuja, com a transferência de competências para as autarquias, ver-se a braços com uma situação com a qual nada tinha a ver. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara a razão pela qual houvera um acréscimo de despesa em matéria de educação. -----

--- Interveio o Senhor Deputado António Jorge Lopes, para dizer que esta era uma Moção que nada tinha de ver com questões partidárias, por como considerou, ser um assunto muito importante, que aliás era intenção que esta fosse uma Moção subscrita por todas as forças



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

partidárias com assento na Assembleia Municipal de Azambuja. Lembrou que passados 40 anos da construção da escola, nunca tinham sido feitas obras que no decorrer nenhum partido político dos que entretanto tinham passado pelos Governos as mandara efetuar, nem nenhum partido da oposição apresentara qualquer alteração orçamental ao Orçamento Geral do estado para que pudessem lá ser feitas obras, o que atribuiu á falta de peso político que o concelho de Azambuja, tem no distrito de Lisboa, enquanto concelho da charneira e sem peso político para fazer vingar as suas opiniões e a defesa dos seus interesses junto da Tutela do governo central. Alertou ainda que a Moção conquanto subscrita por todos pudesse ser ouvida e que fosse feita alguma coisa no sentido da sua reparação para que essa responsabilidade não tivesse de cair nas mãos do Município aquando da transferência de competências.-----

--- Em resposta ao Senhor Deputado António Nobre o Senhor Presidente da Câmara informou que o aumento da despesa fora provocado pela realização de obras de maior vulto nas escolas do concelho e que ultrapassara as obras habituais de todos os finais de ano letivo apontadas pelos Senhores Diretores dos Agrupamentos, e que nalgumas como no caso de Azambuja fora até necessário a reparação de sistemas de esgotos e construção de telheiros, um campo de jogos em Aveiras de Cima além de outras. Disse partilhar da opinião expressa pelos Senhores Deputados Nobre e Lopes, quando alertavam para o problema das obras na escola associado à transferência de competências e informou que tivera uma conversa com a Sra. Secretária de Estado da Educação e o Senhor Diretor regional a quem dissera não ser possível a passagem da escola secundária de Azambuja para a responsabilidade do município, no estado em que esta se encontra.-----

--- Interveio o Senhor Deputado Daniel Claro, informando que na reunião que tivera com o conselho geral dos Agrupamentos de Escolas fora abordado o assunto da necessidade urgente de reparação na Escola Secundária. Considerou, no entanto, que não podia perder-se de vista a construção de uma nova, pois qualquer reparação agora feita teria uma durabilidade de dez a quinze anos no máximo, além de que este espaço já não acompanharia as necessidades tecnológicas da educação no futuro.-----

--- O Senhor Deputado António Jorge Lopes, sugeriu que numa próxima Assembleia a Sra. Vereadora da educação pudesse fazer uma apresentação da estratégia para a educação, considerou que os alunos da escola secundária não estariam a concorrer em pé de igualdade com alunos de outras escolas pela falta de meios como por exemplo um pavilhão na escola, uma vez que a partir do ano seguinte a nota de educação física contaria para a média de entrada na universidade, considerou que não obstante o esforço dos professores os alunos começavam a estar claramente em desigualdade, até em meios tecnológicos, o que era motivo de preocupação.-----

--- Uma vez posta a votação a Moção – “Em Defesa da Escola Secundária de Azambuja” - Apresentada pelo PSD, PS, CDS e BE, foi aprovada por unanimidade.-----

... **Moção 3- “Manifestação de Apoio a uma Política Social”** Apresentada pela CDU.-----

--- Interveio o Senhor Deputado António Nobre, apresentando a moção esclareceu que esta se prendia basicamente com a defesa dos reformados e pensionistas, enquanto setor social muitas vezes afastado das discussões políticas, fava-se muitas vezes em envelhecimento do concelho, mas esta problemática em si, passa muitas vezes ao lado. Lembrou que por um período de quatro anos, o pagamento do subsídio de natal não tinha sido feito na totalidade e sim em duodécimos, e que se estava a prever que no mês seguinte seria repostado o pagamento do mesmo na totalidade, o que era importante.-----

---- O Senhor Deputado António Jorge Lopes, chamou a atenção que a Moção dava a entender que o subsídio de natal teria sido cortado, o que não correspondia à verdade, fora diluído em doze meses, para além de que tivera a informação que uma certa fração de funcionários públicos já no ano anterior recebera o subsídio por inteiro.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA



--- Interveio o Sr. Deputado Manuel Couceiro, considerando importante esclarecer que o PSD e o CDS tinham tido a necessidade de tomar tais medidas na sequência do estado em que o P.S. e a pessoa do engenheiro Sócrates, que endividara o país. -----

--- Uma vez posta a votação a Moção “Manifestação de Apoio a uma Política Social “ foi aprovada por maioria com 22 votos a favor (14 do PS, 7 da CDU e 1 do BE), 2 votos contra do PSD e 4 abstenções (3 do PSD e 1 do CDS). -----

--- Interveio o Sr. Deputado António Torrão que a propósito da Moção apresentada para a Escola Secundária informou da existência de um terreno em Aveiras de Cima com 23 m<sup>2</sup>, que estaria à disposição para a construção da Escola Secundária se a quisessem construir lá e que se congratulou com a inauguração no dia anterior do pré-escolar público em Aveiras de Cima. ---

--- Interveio o Sr. Deputado Manuel Couceiro, referindo que apesar do piso da estrada do campo estar muito bom, as bermas estavam desniveladas em relação ao tapete o que era bastante perigoso, a que o Senhor Presidente respondeu que a recuperação de bermas constava do procedimento do arranjo da estrada.-----

--- Interveio a Sra. Deputada Ana Lúcia Caetano que perguntou ao Senhor Presidente da Mesa, enquanto Presidente do Concelho Municipal de Segurança de Azambuja, quando pensava dar posse aos membros e para quando a primeira reunião, a que o Senhor Presidente respondeu ter solicitado aos serviços da Câmara a identificação de alguns elementos de instituições que teriam por Lei de pertencer ao Conselho, e que aguardava essas indicações. -----

--- foi dada a palavra ao Sr. Deputado António José Nobre, que perguntou qual a solução final que o executivo da Câmara encontrara para os resíduos sólidos, se iria assumir ou concessionar os serviços, a que o Senhor Presidente disse que iria ser lançado concurso público para a recolha de resíduos. -----

--- O Senhor Deputado Daniel Claro, lembrou que o B.E. continuava a aguardar cópia do 2º estudo elaborado para a Recolha de Resíduos Sólidos, e a audição do Sr. Secretário da CIMLT e que ainda não tivera resposta a qualquer dos pedidos. Para finalizar solicitou que as comissões eleitas na assembleia municipal, pudessem numa próxima Assembleia apresentar uma informação que não teria de ser escrita acerca da sua atividade e conclusões. -----

--- O Senhor Deputado José Carlos Matos solicitou cópia dos relatórios das juntas de freguesia, acerca dos acordos de Gestão, e perguntou se já havia algum feedback da Estradas de Portugal acerca da moção apresentada, a que o Sr. Presidente disse que ainda não tinha resposta, que inclusivamente teria sido abordado pelas infraestruturas de Portugal para a Câmara ficar com a responsabilidade da estrada do Campo e que recusara até o problema da estrada N3 estar resolvido.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

--- **Ponto 1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal**-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara tendo este dito que se colocava à disposição dos Senhores Deputados Municipais para quaisquer esclarecimentos. -----

--- Interveio o Senhor Deputado António Jorge Lopes, sugeriu que para que o público tivesse acesso às matérias a discussão, pudesse estar presente um exemplar de cada documento para que querendo se pudesse documentar. -----

--- O Senhor Deputado José Carlos Matos que perguntou quantas vistorias a coletividades tinham sido efetuadas e quantos relatórios teriam já sido efetuados, a que o Senhor Presidente respondeu não saber o número exato, que já tinham sido feitas bastantes vistorias e elaborados relatórios que lhes faria chegar. -----

--- A Sra. Deputada Natália Peres referiu que a questão que queria colocar, já tinha sido apresentada pelo Deputado José Carlos Matos e respondida, pelo que não teria necessidade de intervir. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- O Senhor Deputado Daniel Claro, corroborou a intenção de ser colocada documentação para o público ter acesso e lembrou que por diversas vezes em sede de Comissão permanente, sugerira que a documentação a apreciar em cada Assembleia pudesse ser colocada no "site" da Câmara para que os munícipes tivessem acesso a ela, percebendo assim o que é que se discutia nas sessões e eventualmente apresentarem a sua opinião acerca do assunto espelhado nalgum documento que lhes interessasse. Considerou que as Ordens de Trabalhos teriam de ser revistas, pela sua extensão e em algumas circunstâncias complexidade dos temas abordados, que para os quatro ou cinco dias de antecedência com que eram rececionadas as matérias eram altamente impeditivos de uma discussão séria. Considerou ser incongruência o votar matérias como o IRS e o IMI, numa altura em que tais receitas já estavam incluídas no Orçamento e no caso de haver a intenção de a Assembleia querer fazer alguma alteração já não daria tempo para que a mesma fosse contemplada no Orçamento. -----

--- Relativamente à atividade Municipal perguntou o porquê da saída de 4 trabalhadores na Divisão de Desenvolvimento Social e a entrada de apenas 1, comentou se não seria possível que a saída e entrada dos CEI não poderia ocorrer num outro período que não no início do ano letivo. A colocação de um parque de Caravanas em Alcoentre, ideia que disse constar do programa de campanha do B.E. perguntou porquê Alcoentre achando que se fosse colocado à saída da autoestrada em Aveiras de Cima ficaria talvez melhor. Quanto ao número de visitantes ao museu, indicado como sessenta e um perguntou a razão da afluência. Para finalizar referiu que não encontrara nada no documento que referisse o CEJA, e qual a razão de não haver qualquer turma sinalizada em termos de insucesso escolar, pois considerava que o concelho era proporcional a tal. -----

--- O Senhor Presidente em complemento da resposta dada ao deputado José Carlos Matos, informou serem vinte e cinco as coletividades visitadas, disse que a colocação do parque de caravanas em Alcoentre se devia a que já era habitual algumas caravanas lá pararem por ser um espaço aprazível com jardim, casas de banho e água colocadas pela Junta de Freguesia, que nos números dos visitantes do museu estavam incluídos os meninos da rota do Zambujinho e que tomara nota da questão do CEJA, tendo solicitado à Sra. Vereadora da Educação Sílvia Vítor que esclarecesse as dúvidas do Deputado Daniel Claro, ao que esta esclareceu que a saída dos auxiliares de ação educativa do ano letivo anterior quase coincidiu com o início do novo ano letivo, sendo que as novas entraram antes das anteriores saírem, já para acautelar o bom funcionamento do início do ano letivo. Quanto ao CEJA estava a funcionar na Biblioteca Municipal, têm sido feitas atividades para as férias ativas, o programa BE MORE, um programa de atividade física para jovens e um programa de incentivo ao empreendedorismo. Não havia referência a turmas referenciadas em termos de insucesso por se estar numa fase inicial da atividade escolar e os Senhores diretores de turma, alguns por serem novos nas escolas, ainda não tinham conhecimento cabal da realidade, informou assim que na próxima atividade municipal esta realidade já seria espelhada. -----

--- O Sr. Deputado Manuel Couceiro, perguntou se um terreno por detrás do pavilhão desportivo do GDA era pertença da câmara (tinham-lhe dito que sim) e que se apresentava coberto de canas e vegetação seca e lixo que colocava em perigosidade as casas circundantes. Disse que a estrada da Texuga se encontrava muito danificada e a precisar de intervenção urgente e que o mesmo acontecia com o piso do Pátio do Valverde que apresentava poças de água descomunais. Referiu a necessidade de serem tomadas providências com os animais errantes, cães e gatos e perguntou se no caso de as vinte e cinco coletividades visitadas todas precisassem de algum tipo de intervenção se a Câmara estaria em condições de as apoiar e se iriam fechá-las. PROCESSOS Administrativos para a limpeza de terrenos e qual foi o valor da compra para os terrenos envolventes ao Castro de vila Nova de S. Pedro. Para finalizar perguntou que tipo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA



trabalhos de limpeza estavam a ser efetuados na mata das virtudes, pois passara lá e nada vira, pelo contrário considerava que a mata estava cheia de infestantes a precisar urgentemente de serem retiradas. -----

--- Em resposta o Senhor Presidente disse que os trabalhos na mata advinham do Protocolo com o ICNF, que estipulava a necessidade de os sapadores efetuarem algumas horas ao serviço do mesmo, não sabia em que parte da mata estavam a operar embora soubesse que estavam a terminar o número de horas estipulado. A compra de terrenos envolventes do Castro, não tinha no momento o valor exato, já tinham sido pagos e a escritura feita, rondava os vinte e cinco mil euros, mas que o Deputado lhe enviasse um email com a questão que pediria aos serviços o valor correto. A respeito das coletividades disse que com certeza a Câmara não as deixaria fechar e que tentaria resolver as suas necessidades, mas que ainda era prematuro estar a alvitrar, pois ainda não se sabiam valores totais associados às necessidades. A estrada da texuga iria ver o que poderia fazer e que o terreno envolvente ao GDA não era propriedade da Câmara e que já no ano anterior a pedido do GDA, a Câmara procedera à limpeza. -----

--- Interveio o Senhor Deputado António José Rodrigues que relativamente à Ordem de Trabalhos disse que tal como estava corria-se o risco de acontecer o que já acontecera anteriormente, a apresentação e votação das grandes Opções do Plano e Orçamento 2019 e por falta de tempo não se conseguia votar em tempo útil as taxas e impostos que suportavam a arrecadação da receita prevista para o Orçamento apresentado. Perguntou ainda acerca dos processos referidos pela M. Rodrigues & Associados, Processo nº 167/14 tendo como autor a ADO e Réu as AdAz e Município de Azambuja e que referia acordo entre as partes, o que justificava a sua extinção, pelo que indagou que tipo de acordo era referido, se as ADO tinham perdoado ou se a AdAz e o Município teriam pago, na totalidade ou em parte. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia explicou que o critério para a Ordem de Trabalhos fora a numeração sequencial das propostas apresentadas, após o que deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que explicou já ter sido dada a decisão pelo tribunal, mas que entre as AdAz e a EPAL havia um diferendo por causa de valores de juros que ainda não tinham conseguido fazer esse acerto, motivo pelo qual o processo continuava referido na atividade Municipal, ainda que a Câmara não tivesse pago nada. -----

--- Interveio o Senhor Deputado Mário Parruca para agradecer e enaltecer o excelente trabalho que a Câmara Municipal de Azambuja estava a levar a efeito na Freguesia de Vila Nova da Rainha e especialmente nas margens dos rios Alenquer e Ota. -----

--- **Ponto 2 - Grandes opções do Plano (2019/2022) e Orçamento 2019 ----Proposta 56/P/2018**

--- O Sr. Presidente da Câmara fez uma breve explicação do documento, informou que os documentos previsionais que apresentava davam continuidade à concretização de projetos identificados como relevantes para o desenvolvimento do concelho refletindo o resultado do trabalho realizado para colocar as contas da autarquia numa situação de maior sustentabilidade económico-financeira, só possível com o cumprimento do Plano de Ajustamento Financeiro de Azambuja (PAFA), em simultâneo com uma gestão responsável e rigorosa e com a adoção partilhada por todos os serviços da boa prática de contenção da despesa. Disse que no mandato 2017-2021 o rumo continuava a estar bem definido, com clara identificação dos projetos estruturantes para o concelho, a concretizar com recurso a apoios comunitários. Informou que os principais objetivos estratégicos para 2019 incidiriam nas áreas da Educação, do Ambiente e Saneamento, do Desenvolvimento Económico e Social e Emprego e da Intervenção Social, a par da Consolidação e Sustentabilidade das Finanças Municipais. -----

Em termos de educação dar-se-ia continuidade ao incentivo ao sucesso educativo e combate ao abandono escolar. Dar-se-ia continuidade ao programa de Transportes Escolares, à promoção da Ação Social Escolar, das Atividades de Enriquecimento Curricular, de programas do ponto de vista estratégico, quais especiais de educação, e à modernização dos edifícios e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

equipamentos. Relativamente ao Ambiente e Saneamento salientou a cobertura quase total com rede de distribuição de água e recolha e tratamento de efluentes, que estava assegurada em toda a área do Município a recolha e tratamento de resíduos urbanos, incluindo reciclagem, encontrando-se programada a colocação de contentores, de acordo com as necessidades, a instalação de ilhas ecológicas e de oleões. De salientar, também, o investimento previsto em equipamento de iluminação pública no âmbito de uma candidatura de eficiência energética. Disse estarem programadas várias intervenções em espaços verdes e parques infantis nas diversas freguesias, com especial relevo para o Parque Urbano da Milhariça, em Aveiras de Cima e o Parque Ambiental e Ecológico, bem como a conclusão do mercado de Manique do Intendente. -----

--- Quanto ao Desenvolvimento Económico e Social e Emprego referiu que em 2019 continuar-se-ia a apostar na Promoção do Município tendo em vista a divulgação das potencialidades do Concelho nas suas diferentes dimensões, aprofundando parcerias com diversas instituições e organismos, designadamente, ACISMA, CIMLT, Turismo do Alentejo, Câmaras de Comércio, entre outras. Identificou, também as candidaturas a fundos comunitários submetidas e a decorrer: PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana, Requalificação da Zona Ribeirinha da Vala do Esteiro de Azambuja, "Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar" (candidatura conjunta com a CIMLT), Rota dos Mouchões - Um passeio de barco no Tejo (reabilitação do barco varino), "Be More", etc. -----

--- Acerca da Intervenção Social o Sr. Presidente mencionou os programas de apoio a carenciados e a IPSS em vigor, apoio a Centros de Dia, "Cheque Social", "Cheque Farmácia", comparticipação de medicamentos a idosos e do leite suplementar para bebés até ao primeiro ano de vida e o apoio à reparação de habitações, após o que disse aos Senhores Deputados Municipais que se colocava ao dispor para qualquer questão que achassem pertinente. -----

--- Interveio o Senhor Deputado Rogério Faria que perguntou acerca do solstício das artes, em que as bandas filarmónicas teriam todas a sua apresentação, se em Isto já iria acontecer, ao que o sr. Presidente aquiesceu -----

--- Interveio o Senhor Deputado Daniel Claro referindo que em termos contabilísticos em si acreditava que o documento apresentado estaria totalmente certo, salientou as propostas que o BE fizera aquando do anterior documento, aceites e não concretizadas que esperava o poderem ser neste ano, motivo pelo qual não serem apresentadas propostas, considerou que já deveria estar espelhado no Orçamento, do ponto de vista estrutural o que a Câmara tencionava fazer em termos de Delegação de Competências, sugeriu ser tempo de a Câmara começar a preocupar-se com o assunto por forma a poder dar uma resposta adequada. O Senhor presidente referiu que a Câmara estava igualmente preocupada em dar resposta cabal ao desafio, mas que ainda estavam a sair os Diplomas Sectoriais, após o que se poderia pronunciar cabalmente acerca do assunto. -----

--- O Senhor Deputado Daniel Claro Explicou que o que pretendia dizer não tinha a ver com verbas em orçamento para a descentralização e sim a criação de uma estrutura organizacional que estudasse o assunto se ocupasse dele do ponto de vista técnico e pudesse informar do seu desenvolvimento, para que a Câmara do ponto de vista político pudesse apreciar e deliberar acerca do que considerou ser provavelmente a maior reforma administrativa dos últimos sessenta anos. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Matos, lembrando que no ano anterior o CDS tinha apresentado um conjunto de dezanove propostas, das quais duas tinham sido consideradas, mas ainda não postas em prática, pelo que ainda as considerava válidas. Relativamente ao documento em si, considerou que este espelhava as decisões políticas do P.S. mas que deveria ter incluído a construção de uma sala condigna para realizar as reuniões da Assembleia Municipal, que não tinham de facto grande comodidade no anfiteatro do Pátio do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA



Valverde. O Senhor Presidente concordou com o Deputado e disse que andava a ver de um outro espaço, mas não tinha ainda nada em concreto. -----

--- Interveio o Deputado António Jorge Lopes referindo que o PSD já há um ano que não apresentava propostas para o orçamento, conquanto tinha Propostas aprovadas por unanimidade pela Câmara, já no anterior Mandato e que ainda não tinham sido postas em prática, após a sua concretização apresentariam novas propostas. Acerca da intervenção do deputado Daniel Claro fizera acerca da Descentralização disse que o PSD subscrevia quase em tudo o que este dissesse, considerando que uma coisa era descentralizar competências outra a descentralização dos meios financeiros e humanos e defendeu que o Governo teria de fazer nova legislação para a alteração organizacional das Câmaras Municipais, apontando a necessidade de as mesmas poderem ter mais quadros e chefias intermédias. Referiu que a assembleia teria apenas sessenta dias para se pronunciar acerca da aceitação da exploração de estacionamento e redes viárias, de acordo com o que acabara de ser publicado e isso interferia com o que no plano de atividades estava espelhado, tendo a Câmara de fazer rapidamente a sua análise, tomar a decisão e submetê-la à Assembleia. Referindo-se concretamente ao plano e atividades e orçamento 2019, considerou haver uma evolução positiva na forma como estava estruturado, não haver estrangimentos financeiros o que permitiria fazer melhor e enalteceu que algumas áreas estavam bem identificadas, e identificavam a forma de serem executadas. Recomendou que para as oposições puderem fazer o seu papel de fiscalização, pudesse ser indicado no documento o planeamento das Ações. Para finalizar perguntou qual a calendarização prevista para os projetos : Refuncionalização da Casa da Câmara de Manique do intendente, Parques de Estacionamento nascente e poente junto à REFER, Requalificação Urbana da Zona sul da R. do Maciel em Alcoentre, Reordenamento Urbano da R. dos Moinhos e Estrada da Ameixoeira, Reabilitação e reordenamento da R. da Escola em Manique do intendente, Construção do parque de autocaravanas em Alcoentre, elaboração do Projeto de Requalificação do Largo D. Nuno Álvares Pereira em Vila Nova da Rainha, Elaboração dos Projetos e Início de Intervenção das: Zona envolvente da Fonte em Alcoentre, R. da Capela e Largo do Coreto nos Casais das Boiças, Rua das Flores nas Quebradas , R. da Arameira, Zona Industrial de Vila Nova da Rainha/Azambuja e Várzea do Valverde, a que o Senhor Presidente da Câmara disse ir fazer o levantamento e enviar por mail, salientando que muitos dos que foram referido eram ainda para elaboração de Projeto. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou da apresentação de um Requerimento à Mesa por parte do PS, a solicitar a prorrogação por mais uma hora da Reunião para serem esgotados e tratados os assuntos da Ordem do Dia que seria posto a votação. ----

--- O Requerimento foi aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor (11 do PS, 7 da CDU, 5 do PSD, 1 do CDS e 1 do BE) e três votos contra do PS. -----

--- foi dada a palavra à Sra. Deputada Maria Inês Louro, que se congratulou com a consolidação das Contas do município que considerou fundamental para um Plano de Atividades tão ambicioso como o que estava a ser apresentado. Enalteceu o facto de o que os Srs. Presidentes de Junta sugeriram fora espelhado no documento, o que mostrava o entendimento do Senhor Presidente em atender os que estavam mais próximos dos fregueses e de uma melhor forma se apercebiam das suas necessidades. Referiu que as questões colocadas para a calendarização solicitada para a enorme quantidade de projetos solicitada pelo deputado António Jorge Lopes, espelhava bem o " *é tempo de investir*" por todo o concelho, considerando que o investimento era transversal a todas as freguesias. Congratulou-se por a Educação ser um fator prioritário do concelho, o que estava espelhado no documento e ia ao encontro da preocupação manifestada na Moção subscrita. Realçou o lançamento da marca "Azambuja Terra do torricado" sendo este um símbolo da Lezíria e dos valores do passado Azambujense e o Parque Ecológico da Guarita símbolo da preocupação do Município com o ambiente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- Posta a votação a Proposta Nº 56/P/2019 foi aprovada por maioria com 14 votos a favor do PS, e 14 abstenções (7 da CDU, 5 do PSD, 1 do CDS e 1 do BE).-----

---Ponto 3 - Autorização Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais. Proposta 57/P/2018. -----

---Nada tendo sido discutido, posta a votação a Proposta Nº 57/P/2019 foi aprovada por maioria com 14 votos a favor do P.S., 5 votos contra do PSD e com favor 9 abstenções (7 da CDU, 1 do CDS e 1 do BE). -----

---Ponto 4 - Participação de 5% no I.R.S. – Proposta 59/P/2018. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara informou da decisão de manter o mesmo valor do ano anterior.  
--- Foi dada a palavra ao Deputado António Jorge Lopes, que à semelhança do que dissera no ano anterior considerou haver matérias acerca das quais o Município dada a sua situação de alívio financeiro, poderia retirar carga fiscal sendo a participação no IRS uma delas pelo que disse que o PSD votaria contra por entender que deveria ter sido reduzida a participação de 5 para 3%.-----

--- Foi dada a palavra ao Deputado José Carlos Matos que disse que a sua posição acompanhava a linha de pensamento do PSD. Deveria ter sido reduzida a participação, por forma a aliviar a carga fiscal dos Municípios. -----

--- Foi dada a palavra ao Deputado António Nobre que considerou que as receitas fiscais tinham aumentado em função do crescimento da economia, pelo que considerou que a Câmara fazia bem em reter os 5% de IRS para fazer investimento público, que considerou necessidade fulcral do país. -----

--- Posta a votação a Proposta Nº 59/P/2019 foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (14 do PS, e 7 da CDU), seis votos contra (5 do PSD, 1 do CDS) e uma abstenção 1 do BE.

---Ponto 5 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) -----Proposta Nº60/P/2018

--- O Sr. Presidente da Câmara informou da decisão de manter o mesmo valor do ano anterior.  
--- Foi dada a palavra ao Deputado Daniel Claro que referiu não perceber o funcionamento da coleta da TMDP e solicitou informação ao qual o Sr. Vereador Silvino Lúcio, referiu que no decorrer das reuniões com a AMAGÁS, havia conversações com os Grupos Parlamentares no sentido de eliminar esta taxa e ser criada uma taxa mais abrangedora a todos os Municípios, pelas infraestruturas terrestres e aéreas. Disse que uns Municípios a cobravam outros não, que era intenção dos Grupos parlamentares acabar com ela, que ainda não fora discutida em Assembleia e que dada a sua pouca importância na receita da Câmara talvez para o ano o município de Azambuja já estivesse em condições de o não fazer.-----

--- O Deputado Daniel Claro lembrou que as Câmaras não tinham controlo no apuramento dos valores da taxa, que as operadoras entregavam “o que lhes apetece” e os consumidores estão a pagar. Considerou ser uma taxa absolutamente bizarra a que o BE continuaria a votar contra.

--- Posta a votação a Proposta Nº 60/P/2019 foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (14 do PS, e 7 da CDU), seis abstenções (5 do PSD, 1 do CDS) e um voto contra do BE. ----

---Ponto 6 – Derrama -----Proposta 61/P/2018

--- O Sr. Presidente da Câmara informou da decisão de manter o mesmo valor do ano anterior e as condições sugeridas então pelo PSD de isentar de derrama os empresários nas condições referidas no documento, a que o Sr. Deputado António Jorge Lopes, considerou que poder-se-ia fazer alterações no valor a cobrar. -----

--- O Sr. Deputado José Carlos Matos, reiterou a opinião de que á semelhança do que fora sugerido para o IRS também a Derrama poderia ter baixado por forma a incentivar a instalação de mais tecido empresarial.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- O Deputado Daniel Claro considerou que a criação de emprego, não passaria apenas e só pela redução de impostos e que seria necessário a Câmara implementar um plano de atração para os investidores que os cativasse e pudesse criar emprego qualificado necessário para o concelho.-----

---- O Sr. Presidente informou que um dos problemas recorrentes no município era a falta de terrenos onde os empresários se pudessem instalar. -----

--- Posta a votação a Proposta Nº 60/P/2019 foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (14 do PS, e 7 da CDU e 1 do BE ), cinco abstenções do PSD, e um voto contra do CDS.---

---**Ponto 7 - Fixação da Taxa do I.M.I. para 2019** -----**Proposta 62/P/2019**

---- O Sr. Presidente referiu os contributos que o Senhor Vereador David Mendes tinha dado para esta matéria e informou da decisão de baixar a percentagem de cobrança para os 0.36% por forma a colocar em igualdade todas as freguesias e disse que para o ano talvez se estivesse em condições de chegar aos 0.35% , o que ainda não fora possível. -----

--- Nada tendo sido discutido, uma vez posta a votação a Proposta Nº 62/P/2019 foi aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor (14 do PS, e 7 da CDU, 5 do PSD e 1 do BE ) e 1 abstenção do PS. -----

--- **Ponto 8 - Contas Semestrais 2018 (janeiro a junho)** -----**INF. 19/P/2018**

--- O Deputado António Jorge Lopes perguntou a propósito de taxas multas e outras penalidades, a que se deviam as diferenças de cobranças entre 2017 e 2018, no mesmo período de tempo, sendo que o valor de 2018 era muito inferior, a que lhe foi respondido que a diferença se prendia com receita extraordinária de um acerto feito pela AT relativamente a juros de Mora e de IMI que foram transferidos para o município no valor de cento e cinquenta e tal mil euros, isto em 2017 e que em 2018 o que estava contabilizado eram cerca de três mil euros, mas que na falta de elementos exatos para uma resposta cabal, seria enviado ao Deputado esse esclarecimento. -----

--- O Sr. Deputado José Carlos Matos disse ter-lhe surgido uma dúvida nas amortizações de empréstimos a médio e longo prazo que se prendia com a sigla BTA, que uma vez que já não existia tal banco, mudara de nome, o porquê de ainda se manter no quadro apresentado, a que lhe foi dito ser o Santander Totta e que ser uma mera questão informativa, ainda não tinha sido alterada a sigla.-----

--- Eram 00 horas e 45 minutos do dia 30 de dezembro de 2018, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----



100

100